

Sindienergia-RS sugere reavaliação do setor

Redes subterrâneas e residências eficientes são opções para melhorar condições de atendimento da demanda

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Muitos segmentos da economia e da infraestrutura gaúcha terão que ser repensados após as enchentes que impactaram o Estado e o setor de energia é um deles. Para a presidente do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Daniela Cardal, será necessário reavaliar os modelos de construções implementados no passado e buscar soluções sustentáveis.

“A gente precisa de segurança energética, principalmente nas cidades. O nosso modelo de distribuição de energia é rápido, barato, mas não provém segu-

rança de abastecimento”, assinala a dirigente. A representante do Sindienergia-RS comenta que uma iniciativa que poderia incrementar a garantia de fornecimento seria a implantação de redes elétricas subterrâneas, o que poderia ser feito especialmente em áreas que são importantes para toda a comunidade.

Na questão de grandes linhas de transmissão, Daniela enfatiza que é preciso ter mais sistemas paralelos que suportem o atendimento de energia, caso alguma estrutura fique fora de operação em eventos como esse da catástrofe climática. Já no campo da geração, a dirigente frisa que os parques eólicos gaúchos provaram ser um instrumento de segurança energética para a região.

Esses complexos não tive-

ram maiores problemas com as chuvas e, pelo fato de estarem localizados dentro do Rio Grande do Sul, não ficaram tão suscetíveis à dificuldade de transmissão de energia como usinas mais afastadas do Estado. Daniela defende ainda a modernização de planos diretores municipais prevendo que casas que foram avariadas pela enchente e que terão que ser reconstruídas em lugares com menor risco já venham com sistemas de geração de energia (o que pode ser feito através de sistemas fotovoltaicos), equipamentos com eficiência energética e soluções para a captação da água da chuva.

A integrante do Sindienergia-RS aponta também que uma ação importante para o Rio Grande do Sul retomar seu crescimen-



TÂNIA MEINERZ/JC

Parques eólicos provaram ser instrumento de segurança energética no RS

to econômico será demonstrar o potencial que a região apresenta para novos negócios e nesse cenário a área de energia será estratégica. Dentro dessa lógica,

a produção local de hidrogênio verde (combustível fabricado a partir de fontes renováveis) deverá ser uma alavanca importante para atingir esse objetivo.

Eletrobras CGT Eletrosul reforça sistema de transmissão no Estado

A Eletrobras CGT Eletrosul, conforme nota da empresa, vem executando diversas medidas emergenciais para o restabelecimento de ativos de transmissão atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Neste momento, mais de 120 profissionais estão em campo atuando no Estado, incluindo técnicos da própria região e o apoio de colaboradores de outras regiões do país, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

No domingo passado, a subestação Nova Santa foi reenergizada parcialmente, após mais de duas semanas totalmente alagada.

Uma das ações fundamentais para o suprimento ocorreu devido à conclusão do processo de reenergização da linha de transmissão 525 kV Itá - Grava-

taí, formada pela composição das linhas de transmissão 525 kV Itá - Nova Santa Rita C1 e 525 kV Nova Santa Rita - Gravataí. Por meio da subestação Gravataí, a medida traz maior confiabilidade no atendimento às demandas de carga do Rio Grande do Sul, em especial à Região Metropolitana de Porto Alegre, já que parte da infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN) no Estado ainda se encontra afetada pelo impacto das fortes chuvas.

Cerca de 70 profissionais da Eletrobras CGT Eletrosul seguem trabalhando nas instalações da subestação Nova Santa para a retomada completa da operação.

O empreendimento possui capacidade de transmissão de 2.688 MVA, o que corresponde a mais de 50% do consumo médio do Rio Grande do Sul.



DIVULGAÇÃO ANEEL/JC

Após alagamento, subestação Nova Santa Rita foi reenergizada parcialmente

Governo planeja limitar dividendos em concessões

O Ministério de Minas e Energia deve enviar nos próximos dias para avaliação da Casa Civil regras mais duras em contratos de concessão para distribuidoras de energia que operam no Brasil. Um dos principais alvos é a Enel, cujo contrato com o governo encerra-se em 2028.

Entre as 20 regras propostas pelo ministério, uma das mais sensíveis ao mercado é a limitação da distribuição de dividendos ao mínimo previsto na Lei das Sociedades Anônimas caso a empresa descumpra os índices de qualidade estabelecidos, que precisam ser mantidos em todos os bairros e áreas da concessão.

Se as novas regras forem aprovadas, essa medida deve ser adotada além da caducidade, que é a extinção do contrato em caso de descumprimento de obrigações contratuais.

As regras estudadas também preveem que distribuidoras devem comprovar anualmente saúde financeira para garantir a operação, através de um índice que leva em conta a relação entre lucro e dívida.

Em caso de interrupções no fornecimento de energia após eventos climáticos extremos, a ideia é estabelecer tempo máximo de retorno da operação obrigatória.

Hoje, as empresas não fornecem previsão de retorno do

sistema em casos como esses. A ideia é que haja uma mensuração para o estabelecimento de indicadores de retorno da operação mesmo com acidentes de maior gravidade.

As novas regras chegam após sucessivos apagões em São Paulo depois de fortes chuvas, que causaram prejuízos para comércios e os moradores da capital no final de 2023 e no início deste ano.

Nos bastidores, a avaliação é de que, se a Enel não aceitar as novas regras, está praticamente anunciando que vai deixar suas operações no Brasil.

Outro ponto que está em discussão para endurecimento das regras de concessão é o uso do índice de satisfação dos consumidores antes de conceder incentivos econômicos.

O governo também quer obrigar a apresentação a cada cinco anos, com atualização anual, de plantão de investimentos para melhoria dos serviços.

A regra é proposta em meio a uma mudança no foco de investimentos da Enel na Itália após a última troca de presidente da companhia em maio do ano passado, quando chegou o executivo Flavio Cattaneo.

O novo CEO da Enel anunciou na época que a empresa focaria investimentos na operação onde fica a matriz da com-

panhia, ou seja, na Itália, onde estão concentradas 50% de suas margens.

Ele afirmou, ainda, que a companhia procuraria estar presente apenas em países onde pudesse integrar sua operação, desde geração de energia até a distribuição, já que isso permite um risco menor para os investimentos da empresa.

Procurada, a Enel disse que reitera seu compromisso com o Brasil e reforçou que está fazendo os investimentos necessários para aumentar a qualidade dos serviços em todas as áreas em que atua.

Para o período de 2024 a 2026, a companhia diz que vai aportar cerca de R\$ 18 bilhões no país, dos quais 80% serão destinados à distribuição de energia.

“Em suas três áreas de concessão (Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo), a companhia está implementando um robusto plano de investimentos, focado no fortalecimento e na modernização da rede, na automação do sistema e na ampliação da capacidade dos canais de comunicação com os clientes, além da mobilização antecipada de equipes em campo em caso de contingências”, afirma a empresa. “O plano contempla também um aumento significativo do quadro de pessoal próprio, que já está em andamento”, completa.